

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 30 de abril de 2025 às 07h49
Seleção de Notícias

Agência Brasil | BR

ABPI

Dia Mundial da Propriedade Intelectual será celebrado, hoje, no Rio	4
GERAL	

Migalhas | BR

29 de abril de 2025 | Entidades

O termo de referência da perícia na arbitragem	6
---	----------

MSN Notícias | BR

29 de abril de 2025 | Direitos Autorais

Top Gun Maverick está no meio de um processo judicial por direitos autorais: Advogado do caso é o pesadelo da Paramount Pictures	8
NATHALIA JESUS	

29 de abril de 2025 | Marco regulatório | INPI

Anitta contesta uso de seu nome por farmacêutica em produtos de beleza	9
---	----------

Correio Braziliense | BR

ABPI

Desafios e gargalos do setor	10
POLÍTICA	

Marco regulatório | INPI

Propriedade intelectual como vetor da inovação	14
POLÍTICA	

Propriedade Intelectual

Patentes tornam-se um fator estratégico	19
POLÍTICA	

Correio Braziliense - Online | BR

29 de abril de 2025 | ABPI

Autoridades e especialistas debatem a propriedade intelectual; acompanhe	20
ROBERTO FONSECA	

29 de abril de 2025 | Marco regulatório | INPI

Patente é "antipática, mas essencial", diz especialista	22
FERNANDA STRICKLAND	

29 de abril de 2025 | Marco regulatório | INPI

Brasil tem potencial, mas requer investimento em propriedade intelectual, diz advogada	23
MAIARA MARINHO	

29 de abril de 2025 Patentes	
Brasil precisa de "concertação social" por patentes, diz ex-ministro	25
VICTOR CORREIA	
29 de abril de 2025 Patentes	
Presidente da Frente de Propriedade Intelectual destaca avanços na Câmara	26
MAIARA MARINHO	
29 de abril de 2025 Propriedade Intelectual	
Propriedade intelectual deve ser tratada como ativo estratégico, diz diretor da IFPMA	27
ALICIA BERNARDES	
29 de abril de 2025 Propriedade Intelectual	
Propriedade Intelectual é chave para inovação e desenvolvimento econômico, diz economista ...	29
FERNANDA STRICKLAND	
29 de abril de 2025 Propriedade Intelectual	
Presidente da Interfarma destaca papel das patentes na evolução da saúde	31
FRANCISCO ARTUR DE LIMA	
G1 - Globo BR	
29 de abril de 2025 Marco regulatório INPI	
Anitta tenta barrar uso de nome por empresa de remédio para verme	32
G1 POLIANA CASEMIRO	

Dia Mundial da Propriedade Intelectual será celebrado, hoje, no Rio

GERAL



Em celebração ao Dia Mundial da Propriedade Intelectual, o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (**INPI**) promove, nesta quarta-feira (30), programação especial no Centro Cultural Banco do Brasil, no Rio de Janeiro (CCBB RJ).

Com entrada gratuita, o evento terá como tema "**Propriedade** Intelectual e a Música: Sinta o Ritmo da PI", destacando como a criatividade e a inovação, respaldadas pelos direitos de **propriedade** intelectual (PI), mantêm o cenário musical dinâmico, diverso e acessível a todos.



Alunos das equipes Icarus e Minerva Baja com seus protótipos durante o IP Day UFRJ, evento realizado em comemoração ao Dia Internacional da Propriedade Intelectual, no Parque Tecnológico da universidade

Segundo o presidente do **INPI**, Júlio César Moreira, o Dia Mundial da Propriedade Intelectual é a oportunidade de chamar a atenção da sociedade para um assunto importante, que está no dia a dia das pessoas. Para ele, o evento no CCBB mostra isso: as músicas que ouvimos têm por trás tecnologias patenteadas, marcas registradas por artistas e gravadoras, e registros de **desenhos** industriais que protegem a estética de objetos como instrumentos musicais, capas de discos e até cenários de shows.

"Teremos também uma programação de oficinas para estudantes e professores. O **INPI** está oferecendo uma oportunidade única e democrática para que os cidadãos possam entender o universo da propriedade intelectual, cujo objetivo é proteger juridicamente ativos intangíveis que formam o diferencial competitivo para empreendedores e empresas", disse Moreira.



Líder em inovação, a China submeteu mais pedidos de patentes em 2016 do que os Estados Unidos, Japão, Coreia do Sul e Instituto Europeu de Patentes somados

Ao longo de todo o dia, a programação oferecerá mesas-redondas com especialistas e oficinas educativas. O objetivo é estimular o debate sobre a importância da propriedade intelectual para o fortalecimento da indústria musical, reconhecendo o papel de criadores, inventores e empreendedores na construção de novos sons, estilos e tecnologias que

Continuação: Dia Mundial da Propriedade Intelectual será celebrado, hoje, no Rio

moldam o futuro da música.

Entre os temas abordados nas mesas e palestras estão a gestão de marcas na indústria musical, **patentes** ligadas à música, desafios das marcas coletivas para comunidades tradicionais, **desenho** industrial, propriedade intelectual na indústria do entretenimento e o papel dos programas de computador na criação e promoção de músicas.

As atividades serão realizadas na Arena e no LAB do Espaço Conceito Banco do Brasil, no térreo do CC-BB RJ, com oficinas voltadas para estudantes e professores da educação básica, promovidas pelo Programa PI nas Escolas, do **INPI**.

Os ingressos para as atividades podem ser retirados gratuitamente na bilheteria física ou online do CC-BB, com uma hora de antecedência.

O evento é realizado pelo **INPI** com a **Organização** Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) e a Associação Brasileira dos Agentes da **Propriedade** Industrial (Abapi), com apoio da Associação Brasileira da **Propriedade** Intelectual (**ABPI**).

Serviço

Dia Mundial da Propriedade Intelectual - CCBB RJ

Dia: 30 de abril de 2025

Horário: das 9h às 20h

Endereço: Centro Cultural Banco do Brasil - Rua Primeiro de Março, 66 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Ingressos para mesas e oficinas: disponíveis 1h antes de cada atividade, na bilheteria ou pelo site.

Classificação indicativa: livre

Entrada gratuita

Relacionadas

UFRJ ressalta papel dos jovens na inovação e **propriedade** intelectual

China lidera os indicadores mundiais de **patentes** e propriedade intelectual

O termo de referência da perícia na arbitragem



Thiago Marinho Nunes

Nos últimos anos, a prova técnica na **arbitragem** tornou-se um dos assuntos de maior relevância e discussão na seara arbitral. Temas como, as modalidades de prova técnica, a realização da prova técnica, a dinâmica da audiência na tomada da prova técnica, dentre outros relacionados, foram objeto de diversos estudos¹, e até mesmo de importante precedente emanado da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça ("STJ"²).

No entanto, uma peculiaridade procedimental relativa à prova técnica, apesar de raramente discutida na doutrina, é disseminada com intensidade na prática arbitral: o termo de referência da perícia³.

Tirada da prática da **arbitragem** internacional e baseada no termo de arbitragem⁴, documento de vital importância no processo arbitral, o termo de referência da perícia define os contornos da prova técnica, quando esta é realizada numa **arbitragem**. Considerando a ausência de um catálogo legal acerca da produção de prova técnica no âmbito da Lei nº 9.307/96 ("Lei de **Arbitragem**"⁵), bem como a inegável liberdade procedimental característica desta última⁶⁻⁷, o uso do termo de referência de perícia na **arbitragem**, tem lugar, normalmente, quando a prova técnica é realizada por perito do tribunal arbitral. Assim, na prática internacional, em que as demandas arbitrais são objeto de minucioso e prévio detalhamento de regras procedimentais, também se incluem as que tocam a prova técnica, como demonstra Pierre A. Karrer:

"Fifth, in Part g of the Order for Directions, one should also include provisions on tribunal-appointed experts even if the written submissions do not make it likely that such an expertise will have to be conducted. One never knows whether the suggestion of an expertise will come up at some later stage in an arbitration, for instance, in connection with the quantum. If it is already covered in the Terms of Reference or in an Order for Directions from the very beginning disputes may be avoided which otherwise would become difficult to resolve at the time when the expertise appears to the party desiring it to be the last chance of averting defeat. If the arbitral tribunal is to appoint a tribunal-appointed expert there are numerous questions to be discussed at a later time, also with the expert who may well contribute valuable ideas, when the Instructions to the expert are fixed, and perhaps at a special preparatory conference with the expert which may be conducted."⁸⁻⁹.

Ainda em sede internacional, as regras providas pela **International** Bar Association sobre Produção de Provas são ainda mais diretas, ao prever expressamente a adoção do termo de referência quando da realização de prova técnica por perito do tribunal arbitral:

"The Arbitral Tribunal, after consulting with the Parties, may appoint one or more independent Tribunal-Appointed Experts to report to it on specific issues designated by the Arbitral Tribunal. The Arbitral Tribunal shall establish the terms of reference for any Tribunal-Appointed Expert Report after consulting with the Parties. A copy of the final terms of reference shall be sent by the Arbitral Tribunal to the Parties."¹⁰.

Normalmente o termo de referência da perícia, tem a sua primeira minuta elaborada de forma conjunta e colaborativa¹¹ pelas partes contendentes, sob o crivo do tribunal arbitral, e contém, basicamente e sem o prejuízo de outros¹²⁻¹³, os seguintes tópicos:

Continuação: O termo de referência da perícia na arbitragem

dados das partes e do tribunal arbitral;

dados do perito;

dados dos assistentes técnicos das partes;

regras sobre imparcialidade e independência do perito e cumprimento do dever de revelação durante o curso do processo;

breve histórico dos eventos relacionados à prova técnica;

objetivo e escopo da prova técnica;

metodologia da realização dos trabalhos;

regras de forma sobre as reuniões entre peritos e assistentes técnicos;

regras sobre as comunicações e supervisão da prova técnica;

cronograma pericial provisório, incluindo prazo para apresentação do laudo pericial e eventuais pareceres divergentes;

custos e despesas.

Tal como o termo de arbitragem, cujo efeito jurídico principal é o caráter estabilizador da demanda¹⁴, o termo de referência da perícia confere previsibilidade e segurança jurídica à produção da prova técnica, protegendo sua higidez, e, sobretudo, a não

ocorrência de fatores surpresa, que acarretem mudança no escopo da prova técnica a ser produzida.

Ponto que merece destaque no termo de referência é a regra que garante a supervisão dos trabalhos técnicos pelo tribunal arbitral, o único e verdadeiro destinatário da prova. Com efeito, os trabalhos de produção da prova pericial não só podem como devem ser supervisionados diretamente pelo tribunal arbitral, que poderá se reunir ou se comunicar com o perito a qualquer tempo, independentemente de prévia comunicação às partes ou da presença dos advogados e/ou dos assistentes técnicos. A inserção de uma regra a respeito da supervisão dos trabalhos periciais é essencial para que, a um só tempo, se preserve a natureza auxiliadora perito¹⁵ em relação ao tribunal arbitral, e que se evitem eventuais (e infundadas) alegações de cerceamento de defesa em razão de reuniões que porventura sejam feitas entre o perito e os membros do tribunal.

À luz das considerações acima, pensa-se que a elaboração de um termo de referência (ou de documento que contenha os tópicos acima listados) seja de enorme importância e valia para processos arbitrais em que se realize prova técnica, o que contribuirá, não só para a diminuição de custos e aumento de previsibilidade acerca do processamento da prova, mas para a própria segurança jurídica do processo arbitral.

Top Gun Maverick está no meio de um processo judicial por direitos autorais: Advogado do caso é o pesadelo da Paramount Pictures

Quase três anos depois do lançamento de Top Gun: Maverick, o filme estrelado por Tom Cruise está sendo o pivô de uma batalha nos tribunais. O primo de Eric Singer, roteirista do longa-metragem, processou a Paramount Pictures neste domingo (27), alegando ter escrito cenas de ação importantes do filme sem créditos ou remuneração.

Shaun Gray, que trabalhou principalmente como artista de efeitos visuais, afirma que trabalhou no roteiro de Top Gun: Maverick por cinco meses com o primo Eric Singer e o diretor Joseph Kosinski, e manteve "arquivos meticulosos e com data e hora" documentando suas contribuições.

"Esta ação busca justiça para Gray, um roteirista talentoso, manipulado e explorado por figuras influentes de Hollywood, e exige responsabilização dos réus que lucraram prodigiosamente com a apropriação indébita do trabalho criativo de Gray", afirma o processo, no qual Gray reivindica a propriedade conjunta dos **direitos** autorais do filme.

O envolvimento de Shaun Gray foi confirmado também por J.J. "Yank" Cummings, ex-piloto de caça da Marinha que atuou como consultor no filme. Em entrevista à GQ, em 2022, ele disse que Gray participou de uma série de reuniões sobre o roteiro.

"No início, éramos eu, Eric e Shaun. Passávamos cinco dias seguidos em um quarto de hotel em San Diego, revisando o roteiro linha por linha", disse Cummings à revista. "Cerca de um mês depois, Eric, Shaun e eu passamos cinco dias no escritório de Eric em Santa Monica, e Joe apareceu nos últimos dois dias para revisar nosso trabalho. Então, sim, passamos bastante tempo juntos."

Marc Toberoff é o advogado que representa Shaun Gray nesse processo e parece ser um nome pouco agradável para o jurídico do estúdio, já que ele também processou a Paramount Pictures anteriormente em nome da família de Ehud Yonay, o jornalista da revista que escreveu o artigo de 1983 no qual o Top Gun - Ases Indomáveis foi baseado. O processo foi rejeitado no ano passado, embora ainda esteja em fase de apelação.

Quanto à situação de Shaun Gray, a Paramount Pictures se pronunciou por meio de um porta-voz, que afirmou: "Este processo, assim como o movido anteriormente pelo Sr. Toberoff na tentativa de se beneficiar do sucesso de Top Gun: Maverick, é completamente infundado. Estamos confiantes de que um tribunal rejeitará esta alegação também."

Leia o artigo em AdoroCinema

Anitta contesta uso de seu nome por farmacêutica em produtos de beleza

A cantora Anitta abriu uma disputa no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (**INPI**) contra a farmacêutica Farmoquímica. Ela quer impedir que a empresa utilize a mesma grafia do seu nome artístico para produtos no ramo de cosméticos.

A Farmoquímica já tem um produto com nome semelhante ao da cantora: ela produz um vermífugo chamado Annita (com dois N). A farmacêutica tem a patente para a grafia do medicamento e ele não é o objeto de disputa da cantora (vale notar que o nome da cantora usa duas vezes a letra T).

Segundo o documento ao qual o g1 teve acesso, a farmacêutica agora quer ampliar seu leque de produtos. Ela já tem o direito legal Annita para vermífugos e agora quer usar Anitta, nome idêntico ao da cantora, em itens no ramo de cosméticos.

Pedido de ampliação feito em 2023

Há quase duas décadas a Farmoquímica, uma farmacêutica, tem o registro do nome Annita para o nome de um vermífugo.

Em 2023, no entanto, a empresa apresentou ao **INPI**, que é responsável pelos registros de marcas, o pedido de ampliação para que deixasse de ser usado apenas em medicamentos e passasse a ser aplicado também em produtos cosméticos.

Na apresentação, no entanto, a empresa pediu a grafia não como a do medicamento, mas como é o nome artístico da cantora Anitta (com dois T).

Annita: como é registrado o nome do vermífugo

Anitta: registro do nome da cantora

Com isso, os advogados que representam a cantora, que tem sua marca registrada desde 2016, acionaram o **INPI** para impedir que a empresa conseguisse o registro.

No documento, os advogados alegam que não seria possível um registro nem mesmo com a grafia do vermífugo, já que a semelhança no nome poderia confundir o consumidor, que poderia achar que o produto é da cantora.

"Não restam dúvidas de que a reprodução do termo "ANITTA", exatamente com a mesma grafia e fonética do termo da Opoente, pode causar confusão dentre os consumidores, sendo a coexistência entre tais marcas impossível", argumentaram os advogados da cantora.

A argumentação ainda não foi avaliada pelo **INPI**.

O g1 acionou a Farmoquímica, que não se posicionou até a mais recente atualização desta reportagem.

Em nota, a cantora confirma a ação contra a farmacêutica para impedir o registro de marca com seu nome e disse que também pediu o registro de sua marca para uso com cosméticos.

"A equipe jurídica apresentou uma oposição ao pedido da farmacêutica no **INPI** para evitar que duas marcas iguais fossem usadas na mesma área de produtos, o que geraria confusão".

Desafios e gargalos do setor

POLÍTICA

a à Tazer com que a Liberação de uma patente Leve, em média, três a quatro anos, podendo chegar até 15



O INPI não está aparelhado para Temos de seguir em frente com um dar a resposta que as indústrias olhar atento aos gargalos que ainda



O INPI não está aparelhado para dar a resposta que as indústrias precisam.

Falta de pessoal ajuda a fazer com que a liberação de uma patente leve, em média, três a quatro anos, podendo chegar até 15.

A inovação no setor da saúde exige investimentos vultosos capazes de alavancar qualquer economia. Um exemplo recente é o impacto gigantesco que o Ozempic - medicamento voltado ao combate ao diabetes que virou tendência global devido aos benefícios aliados ao emagrecimento -, fabricado pela Novo Nordisk. O faturamento da farmacêutica já supera o Produto Interno Bruto (PIB) do país de origem da empresa, a Dinamarca. E os desafios da inovação nesse segmento são muitos, especialmente no Brasil, que engatinha e tem dificuldades para acelerar o processo de liberação de patentes no mercado doméstico, levando, em média, de três a quatro anos, mas em alguns casos, chegando até 15 anos.

Com isso, os desafios da inovação no setor da saúde foram um dos temas do segundo painel do Summit **Propriedade** Intelectual: desafios e avanços na proteção da inovação, realizado ontem pelo Correio, em parceria com a **Associação** da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (**Interfarma**). Além de reduzir a burocracia, os debatedores reconheceram que é preciso melhorar a estrutura do órgão federal responsável pela liberação das **patentes**, o Instituto Nacional da **Propriedade** Industrial (**INPI**).

Julio César Castelo Branco, presidente do **INPI**, reconheceu que a capacidade atual do órgão para examinar pedidos é menor do que a demanda, e a falta de pessoal é um dos maiores gargalos do órgão. Segundo ele, existem 27 mil pedidos estáveis, mas a capacidade é de até 18 mil, o que gera atrasos de três a quatro anos, em média, mas há 1,5 mil pedidos que estão aguardando uma decisão há 15 anos. "Não temos examinadores suficientes. E não é chororô, não. A conta é clara. Eu tenho 27 mil a 28 mil pedidos de patentes entrando no Brasil estáveis ao longo dos últimos oito anos e a nossa capacidade de decisão é de

Continuação: Desafios e gargalos do setor



18 mil", afirmou.

Também participaram do painel Renato Porto, presidente da **Interfarma**, Gustavo de Freitas, engenheiro eletricista e advogado com especialização em propriedade intelectual, e o deputado federal Júlio Lopes (PP-RJ). Os palestrantes reconheceram a importância dos investimentos no setor e a necessidade de redução de burocracias e maior celeridade no processo de **concessão** de patentes. Castelo Branco contou que, no ano passado, pediu ao governo federal mais 120 funcionários para reforçar o quadro da instituição, mas conseguiu autorização para a contratação de apenas 40 novos servidores. "O **INPI** não está aparelhado para dar a resposta que as indústrias precisam", frisou.

Castelo Branco reconheceu que a agilidade na decisão sobre **patentes** também é um dos gargalos para o desenvolvimento tecnológico no país, e que a simplificação na burocracia e a ampliação de pessoal podem ajudar nesse processo de **concessão** de patentes, a fim de garantir a proteção sem causar insegurança jurídica. O executivo também defendeu a aprovação do Tratado de Budapeste - acordo internacional que reconhece o depósito de microrganismos para registros de **patentes** -, que está sendo analisado no Congresso, a fim de acelerar os processos de validação de **patentes** no país, assim como contribuir para a redução da **pirataria**.



Temos de seguir em frente com um olhar atento aos gargalos que ainda

O engenheiro Gustavo Freitas elogiou os avanços recentes do **INPI** no combate ao chamado backlog - o acúmulo histórico de pedidos de patentes não examinados, iniciado desde 2019. "Já podemos falar no passado. O **INPI** fez um trabalho brilhante sem contratar um examinador sequer, só com melhorias de fluxo e gestão. Hoje, o tempo médio de decisão técnica, uma vez iniciado o exame, caiu para menos de um ano - nos padrões internacionais", disse. Contudo, ele alertou para sinais de estagnação. "Os depósitos de patentes feitos no Brasil são relativamente estáveis, na casa dos 28 mil. Muito abaixo dos mais de 500 mil dos Estados Unidos ou dos mais de 1,6 mi-

Continuação: Desafios e gargalos do setor

lhão da China", comparou. Ele também mostrou preocupação com a queda nas decisões emitidas pelo **INPI**, o que pode reacender o debate sobre o PTA (sigla em inglês para o mecanismo de compensação de prazo de patente) quando há demora excessiva das análises. O sistema é adotado por países como EUA, Chile e Coreia do Sul.

Impacto econômico

O presidente da **Interfarma**, Renato Porto, lembrou que a contribuição direta da indústria farmacêutica para o PIB global supera US\$ 750 bilhões e apenas a etapa de pesquisa clínica movimenta mais de US\$ 139 bilhões, e o prazo para o desenvolvimento de medicamentos até a aprovação gira, em média, de 9,3 anos.

"Foram R\$ 750 bilhões investidos no PIB global, 7,8 milhões de pessoas empregadas pelo mundo, no setor de saúde, mais de 30% do valor agregado bruto é investido em pesquisas e desenvolvimento. Além disso, há um dado de que eu mais gosto. A gente trouxe para o país 175 medicamentos inovadores entre oncologia e doenças raras entre os anos de 2013 e 2024", disse Porto.

Os debatedores também reconheceram que um avanço importante no setor de patentes é a padronização global. E, nesse sentido, o presidente da **Interfarma** reforçou que a validade de 20 anos da patente "não está em discussão" para a entidade. Além disso, lembrou que esse prazo, com a possibilidade de prorrogação por mais cinco anos, é um padrão em importantes países e blocos econômicos, como EUA, Japão, China, União Europeia e Reino Unido.

Porto destacou que a indústria enfrenta "desafios gigantes" para conseguir lançar um produto e disponibilizá-lo no mercado. E um dos argumentos defendidos pela entidade é o ajuste de prazo de **patente**. Esse tempo, segundo ele, seria justificado por causa da "demora" da análise da **patente** pelo **INPI**. No Brasil, o PTA não é previsto na lei, porém,

questões relacionadas a possíveis reformas no regulamento que rege **patentes** são discutidas no Projeto de Lei (PL) nº 2210/22, que modifica as regras para pedido e exame de **patentes** pelo **INPI**. A matéria, aprovada pela Câmara dos Deputados, tramita no Senado Federal e Porto mostrou-se favorável às mudanças propostas. Porém, ressaltou ser necessárias reformas estruturais na concessão dos registros antes de cogitar mudanças legislativas. "As mudanças em lei são bem-vindas quando elas otimizam a parte estrutural das **patentes**", disse.

Apesar dos atrasos na liberação de **patentes**, o deputado Júlio Lopes, que preside a Frente Parlamentar de Propriedade Intelectual, avaliou que o Brasil registrou progressos significativos na área ao longo das últimas décadas. "Os avanços conquistados merecem ser celebrados, mas temos de seguir em frente com um olhar atento aos gargalos que ainda persistem", afirmou o parlamentar.

Contudo, reconheceu que ainda há um longo caminho a ser percorrido para consolidar um sistema mais eficiente e competitivo, e reiterou que fortalecer a legislação referente à **propriedade** intelectual é essencial para o desenvolvimento econômico e para o estímulo à inovação no país.

Como parte de sua atuação legislativa, o deputado destacou que uma das prioridades dele é impedir que o sistema regulatório brasileiro continue sendo sobrecarregado. Contudo, admitiu que um ponto importante de preocupação é o déficit de pessoal nas agências reguladoras, um problema que afeta diretamente a agilidade dos processos. "Estamos sem perspectiva de reposição de servidores em áreas estratégicas", alertou. Mesmo com o avanço da automação e da digitalização dos serviços públicos, ele reconheceu que a contratação de novos profissionais segue sendo uma demanda urgente e inadiável para o pleno funcionamento das agências.

Lopes também defendeu a criação de um modelo de legislação nacional unificada, que possa ser adotado

Continuação: Desafios e gargalos do setor

pelos estados e pelo Distrito Federal, conferindo maior autonomia e eficiência ao sistema. Gustavo de Freitas, por sua vez, propôs um diálogo entre o setor produtivo, o **INPI**, o Congresso e entidades, como a **Interfarma** e a Agência Brasileira de Propriedade Intelectual (**ABPI**) para formularem melhorias pontuais no marco legal das **patentes**. "Podemos pensar em um PTA limitado, que só se aplica em casos extremos de demora injustificada. É uma caderneta de poupança: talvez não precise usar, mas é bom ter", sugeriu.

"O **INPI** não está aparelhado para dar a resposta que as indústrias precisam?

Julio César Castelo Branco, presidente do **INPI**

"Os depósitos de patentes feitos no Brasil são relativamente estáveis, na casa dos 28 mil?

Gustavo de Freitas, engenheiro e advogado

"Temos de seguir em frente com um olhar atento aos gargalos que ainda persistem?

Júlio Lopes, deputado federal (PP-RJ)

Propriedade intelectual como vetor da inovação

POLÍTICA



Jades e especialistas debatem os resultados proporcionados à sociedade por meio de pesquisa e desenvolvimento



nados à sociedade por meio de pesquisa e dese



O setor farmacêutico é um tema que me preocupa

Autoridades e especialistas debatem os resultados proporcionados à sociedade por meio de pesquisa e desenvolvimento.

Ao celebrar os 35 anos do Sistema Único de Saúde (SUS) e da **Associação** da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (**Interfarma**), o presidente da entidade, Renato Porto, defendeu a valorização da **propriedade** intelectual como pilar fundamental para o avanço da inovação e da saúde pública no Brasil. A afirmação foi feita durante o Summit **Propriedade** Intelectual: Desafios e Avanços na Proteção à Inovação, realizado ontem pelo Correio Braziliense em parceria com a **Interfarma** e mediado pelos jornalistas Denise Rothenburg e Carlos Alexandre de Souza.

"O Brasil é prova de que, nesses 35 anos, tudo mudou na saúde. O setor farmacêutico também mudou e vem construindo novas realidades", afirmou, destacando o papel da indústria na criação de medicamentos que promovem bem-estar e até curas.

Na explanação que fez, Porto relacionou a evolução do SUS ao fortalecimento de políticas públicas e à vigilância da imprensa, usando como referência a capa de uma edição do Correio da década de 1990, que expunha a precariedade nas unidades públicas de saúde. "Essa capa mostra crise nos hospitais públicos. E o que aconteceu de lá para cá? Aconteceu que tivemos a estruturação do SUS, vimos a imprensa brasileira cada vez mais vigilante e vimos que políticas públicas na saúde tiveram efeito", salientou.

Além das mudanças no sistema público de saúde, os últimos 35 anos mostraram alterações no setor de pesquisas farmacêuticas no Brasil. "O setor farmacêutico vem construindo, todos os dias, uma nova realidade. Também somos testemunhas dessa evolução e, principalmente, de medicamentos que chegam às pessoas, trazem bem-estar e chegam próximos ou já chegaram à cura. Isso faz parte da nossa capacidade de inovar, de ser protagonista na ino-

Continuação: Propriedade intelectual como vetor da inovação



O setor farmacêutico vem construindo



vação", observou.

Depois de relacionar as inovações na saúde pública brasileira com um histórico dos avanços na indústria farmacêutica, o presidente da **Interfarma** ressaltou a necessidade de ampliar as discussões sobre **propriedade** intelectual com a diminuição de tempo para a garantia de uma **patente** cedida pelo Instituto Nacional de **Propriedade** Intelectual. "O tema é o caminho para garantir o ciclo de evolução na saúde brasileira. Sem termos um arcabouço adequado para proteger os inventos (**patentes**), as pesquisas e, consequentemente, invenções, não são feitas. E essas são análises que podem desenvolver tratamentos mais eficazes e até curas para doenças. A **propriedade** intelectual é o caminho para garantir o ciclo de evolução da saúde brasileira", advertiu.

Na defesa da necessidade de otimização na **concessão** de patentes na indústria farmacêutica, Renato Porto classificou essa inovação como "necessária" a outras indústrias. "O ciclo da inovação é o melhor caminho para solução de qualquer problema, seja um do setor de transportes, da área de telecomunicações, ou seja o que há de mais importante: a solução para a vida, para a saúde das pessoas. Mais uma vez: é preciso manter esse ciclo da inovação, continuar todos os dias trabalhando neste sentido", enfatizou.

Patentes

Para o advogado e ex-ministro da Justiça José Eduardo Cardozo, a situação da **propriedade** intelectual no Brasil é "muito séria", pois há lacunas que impactam as pesquisas e o desenvolvimento de produtos e de novos serviços. Ele alertou para os riscos aos setores que trabalham e que dependem da inovação.

"Se não houver previsibilidade, o investidor leva seu capital para países com sistemas de proteção mais robustos", advertiu.

Continuação: Propriedade intelectual como vetor da inovação



Tem que gastar quando a área

Cardozo criticou a fragmentação de interesses no país, lembrando a chamada "Lei de Gérson" - expressão popularizada nos anos 1970 e que significa um caldo cultural de tirar vantagem em qualquer situação. "Lembro de uma campanha na tevê [de uma marca de cigarro]. Gérson era um jogador [da seleção brasileira] e [para exaltar o produto que anunciava, que supostamente combinava qualidade com baixo preço] dizia: 'Gosto de levar vantagem em tudo'. O Gérson não joga mais, mas isso está incorporado à nossa cultura", lamentou.

Segundo o ex-ministro, também é um equívoco acreditar que a iniciativa privada é quem mais investe em pesquisa e desenvolvimento. Cardozo lembra que são as agências estatais de fomento, além de outras entidades de Estado, as principais responsáveis pela aplicação maciça de recursos por meio de financiamentos públicos.

"Tem que gastar quando a área é essencial e fundamental para o desenvolvimento da sociedade. Um Estado magro não enfrenta os desafios do nosso tempo", afirmou.

O ex-ministro defendeu, ainda, uma ampla mobilização nacional que envolva Legislativo, Judiciário, setor privado e sociedade civil para modernizar a legislação sobre **patentes** e garantir segurança jurídica. Mas sem perder de vista o papel social da propriedade intelectual.

O presidente do Correio, Guilherme Machado, destacou a importância das **patentes** para a inovação em todos os países do mundo. Para ele, a defesa da **propriedade** intelectual é fundamental para a evolução dos negócios.

"É um tema que me encanta, vejo a importância dele. No mundo de hoje, a inovação é palavra-chave. A patente é fundamental para que isso possa evoluir de forma saudável e lucrativa", frisou.

A base de tudo

O QUE É PROPRIEDADE INTELECTUAL?

Os Direitos de Propriedade Intelectual (DPI) são concedidos a determinados titulares, a certas funções e em alguns países. São direitos concedidos nacionalmente e que protegem bens intangíveis resultantes da criação humana. Por exemplo: **direitos** autorais, direitos industriais e direitos de gênero.

Os DPIs estão, necessariamente, associados a reconhecimento, ao controle e à remuneração de criadores - tais como novidades de inovação, exclusividade temporária e limitada em lei, e bens intangíveis com valor econômico.

O QUE É PATENTE?

É um direito específico dentro da **propriedade** intelectual. A **patente** reconhece uma invenção. A **patente** não é o objeto, mas, sim, o direito que protege uma invenção ou uma solução industrial inovadora - algo do ponto de vista técnico que agrega um avanço, uma outra arquitetura de desempenho, outra formatação. No Brasil, os registros são feitos pelo Ins-

Continuação: Propriedade intelectual como vetor da inovação

tituto Nacional da **Propriedade Industrial (INPI)** e praticamente todos os países têm uma instituição de Estado para cuidar das **patentes**. Já a **Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI)** administra o Tratado de Cooperação em Matéria de **Patentes (PCT)**, que não concede **patentes** diretamente, mas facilita o processo de pedido em vários países simultaneamente. Um pedido PCT pode ser, posteriormente, convertido em pedidos nacionais ou regionais nos países de interesse do requerente.

PATENTE TEM PRAZO?

Sim. Como todos os **direitos** autorais têm prazo, as **patentes** também têm prazo - no Brasil é de 20 anos, contados a partir da concessão da **patente** (art. 40 da Lei de Propriedade Industrial). O prazo é a contrapartida da exclusividade.

O QUE É PTA?

Patent Term Adjustment (PTA) é mecanismo de compensação de prazo de patente quando há demora excessiva na análise na concessão.

O QUE É O TRATADO DE BUDAPESTE?

O Tratado de Budapeste é um acordo internacional que visa facilitar o processo de depósito de microrganismos para fins de patente, permitindo que os inventores depositem amostras em uma única Autoridade Depositária Internacional (IDA), em vez de depositar em cada país onde buscam proteção. Isso simplifica o processo e reduz custos para os depositantes.

"O setor farmacêutico

vem construindo, todos

os dias, uma nova

realidade. Também

somos testemunhas

dessa evolução e,

principalmente, de

medicamentos que

chegam às pessoas,

trazem bem-estar e

chegam próximos ou já

chegaram à cura?

Renato Porto, presidente

da **Interfarma**

"É um tema que me

encanta, vejo a

importância dele.

No mundo de hoje, a

inovação é palavrachave. A patente

é fundamental

para que isso

possa evoluir de

forma saudável e

lucrativa?

Guilherme Machado,

Continuação: Propriedade intelectual como vetor da inovação

presidente do Correio

Braziliense

"Tem que gastar

quando a área

é essencial e

fundamental para

o desenvolvimento

da sociedade. Um

Estado magro

não enfrenta os

desafios do

nosso tempo?

José Eduardo

Cardozo, advogado e

ex-ministro da Justiça

Patentes tornam-se um fator estratégico

POLÍTICA



A **propriedade** intelectual é um fator estratégico de inovação e desenvolvimento socioeconômico. Foi o que enfatizou Adriana Carvalho, doutora em Desenvolvimento Econômico pela Unicamp. Conforme observou, embora cercada por polêmicas e distorções conceituais, a propriedade intelectual é essencial para garantir segurança jurídica, fomentar pesquisa e transformar conhecimento em valor para a sociedade.

Adriana sintetizou sua apresentação no Summit **Propriedade** Intelectual: desafios e avanços na proteção à inovação em seis pontos que evidenciam a importância do tema. Em primeiro lugar, destacou o caráter polêmico da **propriedade** intelectual, muitas vezes compreendida de maneira equivocada. A dicotomia entre incentivo à inovação e privilégio corporativo, segundo ela, é falsa. "Todos os setores estratégicos usam algum tipo de proteção jurídica para seus ativos", afirmou.

A pesquisadora também rebateu a ideia de que a **propriedade** intelectual é relevante apenas em setores como o farmacêutico. Adriana frisou que isso

não se sustenta diante da realidade de áreas como o agronegócio e a indústria automobilística, igualmente dependentes da proteção de ativos intangíveis para inovar e crescer. Conforme salientou, há uma distinção entre exclusividade e monopólio. Esclareceu que o direito de exclusividade proporcionado pela **propriedade** intelectual é limitado no tempo e não impede a concorrência. Como exemplo, citou o Google como um monopólio econômico. Para Adriana, a exclusividade jurídica não inibe a inovação - ao contrário, estimula. "Sem essa garantia, as empresas não arriscam inovar - colocam o dinheiro no banco", afirmou, sublinhando o papel da **propriedade** intelectual em tornar o investimento em pesquisa e desenvolvimento mais atrativo.

A pesquisadora trouxe exemplos do setor farmacêutico para ilustrar o impacto da inovação protegida por **propriedade** intelectual. Citou um estudo realizado com a farmacêutica Janssen sobre como avanços em tratamentos médicos, antes impensáveis, hoje estão acessíveis graças a esse tipo de investimento.

Ela ainda ressaltou a necessidade de um sistema de **propriedade** intelectual com regras claras e equilibradas. "Sem inovação, não há avanço. E sem **propriedade** intelectual, não há inovação sustentável", reforçou. (FS)

"Sem garantia, as empresas não arriscam inovar - colocam o dinheiro no banco. Sem inovação, não há avanço. E sem **propriedade** intelectual, não há inovação sustentável." Adriana Carvalho, doutora em Desenvolvimento Econômico pela Unicamp

Autoridades e especialistas debatem a propriedade intelectual; acompanhe



O seminário "**Propriedade** Intelectual: desafios e avanços na proteção e inovação" discute a importância da pesquisa e da defesa das **patentes** no país

O Correio realiza, nesta terça-feira (29/4), a partir das 9h, o seminário **Propriedade** Intelectual: desafios e avanços na proteção e inovação. Em parceria com a **Associação** da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (**Interfarma**), o evento vai reunir especialistas e autoridades para discutir a importância da pesquisa, da inovação e da defesa das **patentes** no país. Os debates poderão ser acompanhados pelas redes sociais do Correio. Acompanhe ao vivo:

O tema central dos debates é a **propriedade** in-

telectual e as questões relacionadas aos desafios para a inovação no setor de saúde. Os painéis terão a **mediação** dos jornalistas Denise Rothenburg e Carlos Alexandre de Souza.

Confira a programação

Abertura

, presidente do

, presidente-executivo da **Associação** da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (**Interfarma**)

Keynote speaker 1 | A importância da proteção a patentes

, jurista e ex-ministro da Justiça

1º Painel - Impactos econômicos e sociais da PI

, diretor de Política de Inovação da Federação Internacional de Fabricantes e Associações Farmacêuticas (IFPMA)

, diretor do Departamento de Ciência, Tecnologia, Inovação e **Propriedade** Intelectual do Ministério das Relações Exteriores

, doutora em Desenvolvimento Econômico pela Unicamp

, sócia do LMA, líder da área de patentes e conselheira da **ABPI**

2º Painel - Superando os desafios à inovação no setor de saúde

, presidente-executivo da **Associação** da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (**Interfarma**)

Continuação: Autoridades e especialistas debatem a propriedade intelectual; acompanhe

, presidente do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (**INPI**)

Keynote speaker 2 | Impacto social da inovação de medicamentos para os pacientes

, engenheiro eletrônico e advogado-sócio do escritório Dannemann Siemsen

, fundadora e presidente do Instituto Oncoguia

, deputado federal

Patente é "antipática, mas essencial", diz especialista



Durante o Summit **Propriedade** Intelectual: Desafios e Avanços na Proteção à Inovação - promovido pela em parceria com o Correio -, o advogado e engenheiro elétrico Gustavo Freitas, sócio do escritório Dannemann Siemsen, fez uma defesa contundente, bem-humorada e direta do sistema de patentes como base da inovação na indústria farmacêutica. Segundo ele, ninguém gosta de patentes, a não ser quando é a própria.

"Ninguém gosta de patente", afirmou ecoando uma frase que repete para seus alunos na Fundação Getúlio Vargas. "Patente é que nem carro do cunhado: o cara tem, você quer usar, mas ele não deixa. É antipática. Mas é essencial."

O comentário reflete uma realidade estratégica: a patente é o único incentivo que garante a viabilidade econômica dos caríssimos testes clínicos exigidos para colocar um novo medicamento no mercado. "Se você não entende patentes, não entende a indústria farmacêutica", resumiu Freitas.

Testes clínicos

Segundo o especialista, sem a garantia de exclusividade conferida pela patente, nenhum CFO (diretor financeiro) aprovaria um projeto de desenvolvimento clínico. "É preciso gastar bilhões para testar uma molécula, com altíssimo risco de fracasso na última fase", explicou. "Só com patente é

que se faz teste clínico."

Ele lembrou que a pesquisa médica ainda exige testes com humanos, não sendo possível simular os efeitos integralmente em laboratório ou por computador. "A ciência ainda não chegou nesse ponto. Tem que colocar seres humanos ali. E isso é muito caro."

Freitas elogiou os avanços recentes do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (**INPI**) no combate ao chamado backlog - o acúmulo histórico de pedidos de patente não examinados. "Já podemos falar no passado. O **INPI** fez um trabalho brilhante sem contratar um examinador sequer, só com melhorias de fluxo e gestão. Hoje, o tempo médio de decisão técnica, uma vez iniciado o exame, caiu para menos de um ano - nos padrões internacionais."

Apesar disso, ele alertou para sinais de estagnação. "Os depósitos de patentes feitos no Brasil estão relativamente estáveis, na casa dos 28 mil. Muito abaixo dos mais de 500 mil dos EUA ou dos mais de 1,6 milhão da China." Ele também mostrou preocupação com a queda nas decisões emitidas pelo **INPI**, o que pode reacender o debate sobre o Patent Term Adjustment (PTA) - mecanismo de compensação de prazo de patente quando há demora excessiva na análise, adotado por países como Estados Unidos, Chile e Coreia do Sul.

Brasil tem potencial, mas requer investimento em propriedade intelectual, diz advogada



Sócia do escritório de advocacia BMA, a advogada Ana Cristina Müller elencou soluções para fortalecer os direitos da propriedade intelectual no país

"Ninguém nega a importância da **propriedade** intelectual para os campos da tecnologia e em especial para o campo da saúde", disse a sócia do BMA e Ana Cristina Müller durante participação no Summit **Propriedade** Intelectual: desafios e avanços na proteção e inovação.

Segundo ela, para o desenvolvimento de vacinas e medicamentos, é necessário passar pela formalização da patente, titularidade, licenciamento, assim como acordos firmados entre as partes envolvidas. Isso gera emprego, renda e desenvolvimento para a pesquisa, lembrou Müller, que citou exemplos de sucesso, como a vacina contra a covid-19 e o medicamento Ozempic.

Parceria do Correio com a **Associação** da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (**Interfarma**), o evento reúne especialistas e autoridades para discutir a importância da pesquisa, da inovação e da defesa das patentes no país.

O Brasil ocupa a 50ª posição de 133 em índice global de inovação na área de **propriedade** intelectual, é o 1º colocado regional na América Latina e Caribe e,

pelo quarto ano consecutivo, tem desempenho acima do esperado em relação ao seu nível de desenvolvimento econômico.

Para a, que integrou o painel 'Impactos econômicos e sociais da propriedade intelectual', o Brasil ainda está aquém de onde poderia estar. Para fortalecer a área, ela avaliou que ações estratégicas junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (**INPI**) devem ser implementadas.

Entre elas, a especialista mencionou uma ação civil pública que tem o objetivo de assegurar a autonomia administrativa e jurídica do **INPI**, o financiamento contínuo e permanente do órgão, o investimento em modernização tecnológica e a contratação de mais profissionais. "Nós precisamos incentivar e valorizar o órgão que é o responsável pela concessão das nossas marcas, patentes e **desenhos** industriais", comentou.

Com isso, segundo ela, o desenvolvimento intelectual em pesquisa e produção de medicamentos poderá se fortalecer, gerando estímulo para novos investimentos e atração de capital humano e social. Apesar de observar algumas necessidades para o avanço da área, Müller reconheceu o potencial que há no país.

"Temos um arcabouço legal importante e a **propriedade** intelectual está na nossa veia. Mas sofremos com o embate, muitas vezes há um choque, quando na verdade o que a gente busca e deseja é a proteção financeira. É um trabalho de formiguinha", finalizou.

Continuação: Brasil tem potencial, mas requer investimento em propriedade intelectual, diz advogada

Acompanhe:

MM MM

Brasil precisa de "concertação social" por patentes, diz ex-ministro



O jurista e ex-ministro da Justiça defendeu nesta terça-feira (29/4) que o Brasil precisa fazer uma "grande concertação social" para poder avançar e dar previsibilidade aos investimentos.

Para ele, a garantia das patentes depende do fortalecimento dos órgãos responsáveis, e também da criação de uma legislação robusta, pelo Congresso Nacional, de uma mudança na percepção social e também da cooperação do Judiciário.

"Ou nós buscamos fazer uma grande concertação social nessa área de , das patentes, dando estrutura aos órgãos que cuidam disso, trabalhando e lapidando uma legislação, pedindo que o Judiciário entenda o que está em jogo, ou nós não vamos para frente. Ou nós vamos continuar tropeçando nas próprias pernas", declarou Cardozo.

O ex-ministro da Justiça discursou hoje no Summit **Propriedade** Intelectual: Desafios e Avanços na Proteção à Inovação, evento realizado pelo Correio em parceria com a **Associação** da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (**Interfarma**).

o evento reúne especialistas e autoridades para discutir a importância da pesquisa, da inovação e da defesa das patentes no país. O tema central dos debates é a e as questões relacionadas aos desafios para a ino-

vação no setor de saúde. Os painéis têm a **mediação** dos jornalistas Denise Rothenburg e Carlos Alexandre de Souza.

Cardozo argumentou, em sua fala, que os investidores precisam de previsibilidade, o que só pode ser garantido com a defesa das patentes. Caso contrário, tendem a levar o capital e seus investimentos para outros países.

Fortalecimento do Estado

Para isso, segundo o ex-ministro, é preciso fortalecer as instituições de Estado. Ele também rebateu críticas exageradas ao gasto público.

"Tem que gastar quando a área é essencial e fundamental para o desenvolvimento da sociedade. Vamos perder essa mania de que o Estado Democrático de Direito tem que ser o mais magro possível, porque isso significa que não tem capacidade para enfrentar os desafios", disse.

Cardozo criticou ainda os atores que defendem os próprios interesses sem levar em conta o impacto social como um todo. "Esse imediatismo, esse pragmatismo tolo leva a desastres, e nós estamos vivendo em um período em que ou nós percebemos o que tem diante de nós em termos de , ou nós vamos tropeçar nas próprias pernas como país", enfatizou.

Acompanhe:

Presidente da Frente de Propriedade Intelectual destaca avanços na Câmara



Deputado federal Júlio Lopes (RJ-Progressistas) aponta que o objetivo com os projetos que tramitam no Congresso Nacional é oferecer mais autonomia aos estados e ao Distrito Federal

O deputado federal Júlio Lopes (RJ-Progressistas) defende que a situação do país melhorou nas últimas décadas, e destacou os caminhos que ainda precisam ser trilhados. "Não podemos deixar de celebrar os avanços que nós temos", comentou.

Presidente da Frente Parlamentar de Propriedade Intelectual na , Lopes acredita que ela é chave para a competitividade do país. Como parlamentar, disse estar trabalhando para que o sistema regulatório do país não seja mais sobrecarregado. Para isso, está sendo analisada na Câmara uma proposta de 11 agências reguladoras brasileiras para destravar o sistema e evitar o contingenciamento de **patentes**.

Com isso, "fazer um aperfeiçoamento legislativo para não permitir os atrasos que vêm sendo feitos nas agências nacionais e internacionais", comentou durante o painel Superando desafios à inovação no setor de saúde no Summit **Propriedade** Intelectual: Desafios e Avanços na Proteção à Inovação, evento realizado pelo Correio em parceria com a **Associação** da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (**Interfarma**).

O objetivo com os projetos que tramitam no Con-

gresso Nacional é oferecer mais autonomia aos estados e ao Distrito Federal por intermédio da aplicação de um modelo de legislação unificado e nacional. Um exemplo importante para o deputado é o de São Paulo. Para ele, o estado é um exemplo em regulação de .

Além desses elementos fundamentais para fortalecer a área no país, o deputado apontou o quadro crítico de pessoal nas agências reguladoras. "Não temos perspectiva de reposição", comentou Lopes, que indicou algumas soluções importantes, tais como "acelerar os processos de automação, de digitalização, fazer com que toda a tecnologia possa repor as vacâncias, as ausências", mas confiando que a admissão de mais profissionais é o principal indicador alarmante.

Economia

MM MM

Propriedade intelectual deve ser tratada como ativo estratégico, diz diretor da IFPMA



Durante evento do Correio, Guilherme Cintra defendeu ajustes no sistema brasileiro para atrair mais inovação e proteger tecnologias nacionais

O diretor de política de inovação da Federação Internacional de Fabricantes e Associações Farmacêuticas (IFPMA), Guilherme Cintra, defendeu que o Brasil fortaleça seu sistema de como estratégia para ampliar sua base tecnológica e atrair investimentos.

"O Brasil tem talentos científicos excepcionais, um mercado industrial forte e faz parte de um bloco regional importante. Mas ainda precisa ajustar seu sistema de para se alinhar às melhores práticas internacionais, como as dos países da OCDE", afirmou o especialista, durante participação remota no Summit **Propriedade** Intelectual: desafios e avanços na proteção e inovação, evento do Braziliense em parceria com a **Associação** da Indústria Farmacêutica de Pesquisa ().



Cintra destacou que, no cenário global de tensão geopolítica e reorganização de regras multilaterais, o Brasil precisa definir com clareza sua posição. "Temos uma chance estratégica de minimizar os riscos dessa reorganização e reforçar a autonomia tecnológica, além de ampliar as parcerias científicas e comerciais", disse.

Um dos pontos centrais do discurso do diretor no seminário foi a defesa da proteção de dados regulatórios para medicamentos de uso humano, uma prática comum entre países com indústrias farmacêuticas robustas. Segundo Cintra, a ausência desse mecanismo coloca o Brasil em desvantagem. "Essa proteção não substitui a , mas a complementa. Países que a adotam têm acesso até três vezes mais rápido a medicamentos inovadores", enfatizou.

O evento reuniu especialistas, autoridades e representantes da indústria para debater os caminhos

Continuação: Propriedade intelectual deve ser tratada como ativo estratégico, diz diretor da IFPMA

da inovação no país, com **mediação** dos jornalistas Denise Rothenburg e Carlos Alexandre de Souza.

Confira o evento na íntegra:

Estagiária sob a supervisão de Andreia Castro

é graduanda de Jornalismo e Comércio Exterior pela UDF. Integrante da Women Inside Trade (WIT), iniciativa que promove a participação feminina no comércio internacional, já estagiou no Poder360, atuando na produção das newsletters do jorn

Propriedade Intelectual é chave para inovação e desenvolvimento econômico, diz economista



Adriana Carvalho, doutora em Desenvolvimento Econômico pela Unicamp, destacou a importância estratégica da **Propriedade** Intelectual (PI) como motor da inovação e do desenvolvimento socioeconômico. A especialista participou nesta terça-feira (29/4) do Summit **Propriedade** Intelectual: desafios e avanços na proteção e inovação.

Em parceria com a **Associação** da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (), o evento reúne especialistas e autoridades para discutir a importância da pesquisa, da inovação e da defesa das patentes no país.

Em sua fala, Adriana sintetizou a seguir seis pontos fundamentais que sustentam a relevância do tema, que, segundo ela, é cercado por polêmicas, distorções conceituais e resistência acadêmica. "A PI é fundamental para impulsionar a economia, promover a inovação e garantir o bem-estar social", resumiu.

1. Tema polêmico e muitas vezes incompreendido

Segundo Adriana, a **Propriedade** Intelectual ainda sofre com interpretações equivocadas. O debate costuma se concentrar na dicotomia entre incentivo à inovação e privilégio corporativo. "É uma falsa oposição", pontuou. "Todos os setores estratégicos usam

algum tipo de proteção jurídica para seus ativos."

2. Essencial para inovação, inclusive onde menos se espera

A economista rebate a ideia de que a PI seria relevante apenas para setores como o farmacêutico. "Esse argumento cai por terra quando observamos que, mesmo os críticos, recorrem a algum tipo de proteção intelectual. Não existe contrafactual que prove a irrelevância da PI", argumentou. Ela lembrou que setores como o agronegócio e a indústria automobilística também dependem fortemente de inovação protegida legalmente.

3. Exclusividade não é sinônimo de monopólio

Carvalho destacou a importância de distinguir entre o direito de exclusividade proporcionado pela PI e os conceitos de monopólio econômico ou natural. "O direito de exclusividade é um instrumento jurídico limitado no tempo, que não elimina a concorrência", explicou. Como exemplo de monopólio econômico, citou o domínio do Google nas buscas on-line, e, como monopólio natural, empresas como Copel e Saneapar no Paraná.

4. Exclusividade estimula, e não inibe, a inovação

A economista reforçou que o direito de exclusividade não freia o desenvolvimento tecnológico. Ao contrário, é justamente o que dá segurança jurídica para o investimento em pesquisa e desenvolvimento. "Sem essa garantia, as empresas não arriscam inovar. Colocam o dinheiro no banco, onde o risco é menor", alertou.

5. A indústria farmacêutica e o impacto social da inovação

Com base em estudo realizado com a farmacêutica

Continuação: Propriedade Intelectual é chave para inovação e desenvolvimento econômico, diz economista

Janssen, Adriana defendeu que a indústria de medicamentos, altamente intensiva em inovação, é um exemplo de como a PI pode beneficiar a sociedade. "Graças a esses investimentos, hoje temos tratamentos para doenças antes consideradas fatais. O SUS é prova disso", disse, mencionando o papel da inovação na luta contra o câncer.

6. Sistema necessário, mas que precisa de equilíbrio

Por fim, a pesquisadora reiterou que o sistema de PI é indispensável para o progresso tecnológico. No entanto, alertou para a importância de regras claras e equilibradas, para evitar distorções. "A PI não reduz a concorrência. O que compromete o acesso é a ausência de equilíbrio nas regras", concluiu.

PI como alicerce do desenvolvimento

Segundo Adriana Carvalho, a **Propriedade** Intelectual é mais do que um tema técnico: trata-se de uma engrenagem essencial do desenvolvimento econômico. Com segurança jurídica e políticas bem calibradas, apontou, a PI pode transformar conhecimento em valor social, econômico e tecnológico. "Sem inovação, não há avanço. E sem PI, não há inovação sustentável", finalizou.

Acompanhe:

Presidente da Interfarma destaca papel das patentes na evolução da saúde



uma capa do Correio da década de 1990. "Essa capa mostra crise na saúde pública. Hoje, sabemos que a saúde teve avanços mas ainda tem desafios", comentou.

Acompanhe:

O presidente da Associação **Associação** da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (AIFP), Renato Porto, ressaltou os avanços nos 35 anos de existência do Sistema Único de Saúde (SUS) para enfatizar a necessidade de defender os direitos à nas pesquisas de saúde.

"O Brasil é prova de que nesses 35 anos tudo mudou na saúde. O setor farmacêutico também mudou e vem construindo novas realidades, com o desenvolvimento de medicamentos que melhoram bem-estar levando até a cura das pessoas", afirmou Renato Porto durante o Summit **Propriedade** Intelectual: desafios e avanços na proteção e inovação. Parceria da com o Correio Braziliense, o evento reúne especialistas e autoridades para discutir a importância da pesquisa, da inovação e da defesa das s no país.

Para relacionar os avanços do SUS com a necessidade de se discutir as s e defender a , Porto usou

Anitta tenta barrar uso de nome por empresa de remédio para verme



Segundo o documento que o g1 teve acesso, a farmacêutica tenta ampliar o registro de marca para levar o nome para o ramo de cosméticos e com a mudança de grafia, levando o Anitta (com dois T), como é o nome artístico da cantora.

A cantora Anitta abriu uma disputa contra a farmacêutica que produz o vermífugo com o nome Annita (com dois N). Segundo o documento que o g1 teve acesso, a farmacêutica tenta ampliar o registro de marca para levar o nome para o ramo de cosméticos e com a mudança de grafia, levando o Anitta (com dois T), como é o nome artístico da cantora.

Há quase duas décadas a Farmaquímica, uma farmacêutica, tem o registro do nome Annita para o nome de um vermífugo. Em 2023, no entanto, a empresa apresentou ao **INPI**, que é responsável pelos registros de marcas, o pedido de ampliação para que deixasse de ser apenas em medicamentos e passasse a ser também de produtos cosméticos.

Na apresentação, no entanto, a empresa pediu a grafia não como a do medicamento, mas como é o nome artístico da cantora Anitta (com dois T).

Annita: como é registrado o nome do vermífugo

Anitta: registro do nome da cantora

Com isso, os advogados que representam a cantora,

que tem sua marca registrada desde 2016, acionaram o **INPI** para impedir que a empresa conseguisse o registro.

No documento, os advogados alegam que não seria possível um registro nem mesmo com a grafia do vermífugo, já que a semelhança no nome poderia confundir o consumidor, que poderia achar que o produto é da cantora.

"Não restam dúvidas de que a reprodução do termo "ANITTA", exatamente com a mesma grafia e fonética do termo da Opoente, pode causar confusão dentre os consumidores, sendo a coexistência entre tais marcas impossível", argumentaram os advogados da cantora. A argumentação ainda não foi avaliada pelo **INPI**.

O g1 acionou a Farmaquímica, mas aguardava o retorno até a publicação.

Índice remissivo de assuntos

ABPI

4, 10, 20

Propriedade Intelectual

4, 10, 14, 19, 20, 22, 23, 25, 26, 27, 29, 31

Marco regulatório | INPI

4, 9, 10, 14, 20, 22, 23, 32

Patentes

4, 10, 14, 20, 22, 23, 25, 26

Desenho Industrial

4, 23

Propriedade Industrial

4, 10, 14

Entidades

4, 6, 10, 14, 20, 23, 25, 26, 27, 29, 31

Arbitragem e Mediação

6

Direitos Autorais

8, 14

Pirataria

10